

OPINIÃO PÚBLICA

Sobre a Opinião Pública, afirmava Walter Lippmann no início do século passado: “Sendo suposto ela constituir a mola principal das democracias, seria razoável esperar sobre a mesma encontrar uma vasta literatura. Mas não é assim. Existem excelentes livros sobre governo e partidos, isto é, sobre a maquinaria que em teoria regista as opiniões públicas após formadas. Mas quanto às fontes que as constituem, aos processos da sua formação, existe muito pouco. De um modo geral, a existência da força designada Opinião Pública é simplesmente dada como adquirida” (1922, p.253).

A apreciação do autor exprime com clareza a importância política do conceito, mas também, de modo muito sugestivo, as dificuldades inerentes à sua elaboração teórica. A este nível, porém, a própria obra de onde este excerto foi extraído, o célebre livro *Public Opinion*, representa já uma decisiva viragem no sentido de uma apreensão mais relevante do conceito no âmbito do pensamento social, político e filosófico.

O crescente interesse teórico pluridisciplinar pela Opinião Pública - que continua a verificar-se ainda nos nossos dias - não permitiu, contudo, reduzir a larga margem de ambiguidade e controvérsia que rodeiam este mesmo conceito. A maior curiosidade na sua observação e estudo terá até, porventura, contribuído para expor com mais evidência tais características (e dificuldades), mas não como consequência de uma especial e insuperável inépcia intelectual; esta dificuldade estará, sim, relacionada com a própria forma concreta da Opinião Pública, enquanto realidade social, política e histórica muito imprecisa e extremamente variável, mas que ao mesmo tempo se revela como absolutamente central no mundo e cultura ocidentais, desde pelo menos o século XVIII.

Um discurso esclarecedor sobre a Opinião Pública não poderá aspirar à formulação de um conceito absolutamente transparente - inconciliável, de facto, quer com os registos da sua realidade actual, quer com as suas múltiplas formas assumidas ao longo destes últimos séculos. A pauta da elucidação possível será definida, de modo mais plausível, “simplesmente”, pela possibilidade de pôr em evidência a opacidade intrínseca da Opinião Pública - e desde logo, na proximidade (e até contaminação) que a mesma estabelece com outros conceitos nucleares afins, nomeadamente público, publicidade, publicitação, espaço público ou esfera pública.

Públicos e processos de opinião

Origem remota mas essencial da Opinião Pública é a experiência de uma nova forma de sociabilidade: os públicos. A sua génese, rápida expansão social e singularidade (por oposição às formas de sociabilidade do passado) definem uma marca decisiva da modernidade ocidental. Na caracterização, ainda hoje modelar, que Gabriel Tarde realiza dos públicos, destacam-se os seguintes traços fundamentais (1901, pp.43-77): 1. redes de interdependências sociais muito extensas (que dispensam os laços físicos de presença directa entre os seus membros); 2. carácter simbólico (uma coesão interna de ordem espiritual); 3. estrutura comunicacional (fluxo regular de informações, pelo qual se faz a circulação de temas/assuntos mobilizadores dos públicos e em que os indivíduos - como membros dos públicos - são convocados a um exercício regular de juízo).

No estrito modo de existência dos públicos não se pode ainda falar com propriedade de Opinião Pública, mas a sua dinâmica interna encontra-se já claramente orientada para a constituição de *opiniões vinculativas*. A espiritualidade dos públicos consiste numa comunhão de ideias partilhadas entre os seus membros, mas que deve ser objecto de construção: requer uma troca discursiva regular entre os participantes, sobre matérias de interesse comum e capazes de desencadear processos de opinião essencialmente livres e autónomos (numa base de diversidade interna e sem coacção).

Sob exigência de vínculo, os públicos constituem opinião comum (a um dado colectivo de indivíduos), a que o consenso parece ser a forma que melhor se adequa: o consenso construído na base de um universo de discurso partilhado e da plena disponibilidade intercompreensiva dos diversos participantes. A construção consensual desta opinião assume, porém, um carácter normativamente orientado - ideal -, o que nos obriga a considerar, atentamente, o carácter contingente da sua realização fáctica (as dificuldades práticas inerentes a prosseguir um perfeito ordenamento comunicacional dos discursos, segundo padrões estritos de reflexividade, racionalidade, argumentação e agonística). Por este motivo, o compromisso razoável (produzido discursivamente) será uma outra forma ainda perfeitamente aceitável para o estabelecimento do vínculo, fornecendo uma garantia credível de partilha de sentido e experiência entre os interlocutores, e como possibilidade de projecção performativa dos públicos, isto é, assumindo estes o estatuto de verdadeiros actores sociais (Esteves, 1988, pp.85-99). A comunicação quotidiana, além de compromissos estratégicos (que se excluíam para o efeito referido), é capaz de gerar “acordos racionalmente motivados como alternativa política à coerção, através de elementos de conciliação, compromisso, consentimento, acomodação e similares (...); o único pressuposto que parece necessário ao carácter genuinamente racional dos discursos é que a força do melhor

argumento possa contribuir para a formação do acordo final obtido, seja este de que tipo for [os consensos ou as formas razoáveis de compromisso]” (McCarthy, 1992, p.67).

A força que os públicos retiram da comunicação projecta-os como um dinamizador poderoso de evolução social - assinalando Tarde, a este nível, as suas características de maior homogeneidade, durabilidade, capacidade de influência, tolerância e cepticismo -, por contraste com as formas de sociabilidade tradicionais. A acção dos públicos irradia muito para além dos seus próprios limites internos, impulsionando um reordenamento geral da vida colectiva, a reorganização da sociedade em termos globais e, mais especificamente, a configuração próxima da Opinião Pública como opinião vinculativa dessa mesma sociedade (sinónimo de vontade colectiva). A comunicação dinamizada pela vida interna dos públicos determina o decisivo impulso das sociedades modernas para “transformarem qualquer tipo de grupos em públicos” e a “necessidade crescente de sociabilidade, que requer que os membros da sociedade estabeleçam comunicação regular entre si através de uma corrente contínua de informações e excitações comuns” (Tarde, 1901, p.56).

A passagem *das* opiniões de públicos à Opinião Pública - cuja ocorrência situamos entre os séculos XVII e XVIII - representa uma radicalização da modernidade, no aspecto particular de um processo de mundialização dos interesses e, nessa medida, também uma primeira concretização com significado empiricamente tangível de dois *topoi* da maior importância do pensamento político iluminista: a República Mundial e o Estado da Paz Perpétua (Kant, 1795/6, pp.119-171).

Outra característica marcante da Opinião Pública que pode ser definida a partir da experiência dos públicos é o seu forte cunho de inovação social. Como referiu John Dewey, os públicos pressupõem sempre um certo nível de interacção com as instituições sociais, mas as características próprias de cada um (inovação dos públicos e estabilidade das instituições) tornam inevitável o surgimento de uma certa tensão relacional: os processos sociais de inovação com origem nos públicos geram habitualmente resistências, e até um certo clima de conflitualidade social - “o próprio público para se formar tem de quebrar as formas políticas existentes, mas isto é porém difícil de concretizar, dado que essas formas são elas próprias os meios habituais da mudança institucionalizada” (Dewey, 1927, p.319). No modelo social e politicamente mais evoluído da Opinião Pública, a resposta a esta dificuldade encontra-se na acção dos publicistas (ao nível do seu trabalho discursivo de crítica social) e na dinâmica dos chamados movimentos sociais (contíguos aos próprios públicos e, muitas vezes, sobre eles exercendo mesmo uma acção regeneradora). A

inovação dos públicos reveste, pois, um carácter profundamente auto-referencial, característica esta que a Opinião Pública acabará ela própria também por incorporar, e que corresponde à descrição que Dewey nos oferece do processo de formação e organização de novos públicos (*ibid.*, pp.30-31): uma acção (externa) inovadora da Opinião Pública dirigida à sociedade em geral - a partir de algumas articulações privilegiadas que ela estabelece com determinadas instituições sociais -, mas cuja base reporta a um processo interno de inovação (a auto-regeneração dos seus próprios públicos constituintes e a formação de novos públicos).

A função seminal dos públicos na formação da Opinião Pública está, assim, intimamente ligada à constituição de processos sociais de opinião de ordem sucessivamente mais geral. Aspecto singular importante é o facto de tais processos de opinião, embora diferenciando-se de modo cada vez mais sistemático das opiniões individuais, não dispensarem o contributo dessas mesmas opiniões para a sua própria construção (isto é, a participação empenhada - e individual - dos membros dos públicos). Este é outro traço essencial que a Opinião Pública adoptou dos públicos: uma original estrutura simbólica de experiência, constituída como *mediação complexa de Público e Privado*, em que estes dois níveis da realidade se pressupõem e imbricam estreitamente (Tarde, 1901, p.55).

A mediação que os próprios termos evidenciam (|Opinião|Público|) sintetiza a enorme complexidade e incerteza de que se reveste a formulação do conceito ao longo dos tempos, motivando também as interpretações mais díspares e até concorrentes entre si quanto ao perfil (possível ou o mais desejável) da mediação em causa: “o conceito de opinião implica unidade (a opinião), ao passo que a sua caracterização específica (pública) denota diversidade de indivíduos e das suas opiniões. Enquanto “pública” aspira a atingir o universal, o objectivo e o racional, “opinião” por seu lado é marcada pela variabilidade, pelo subjectivo e o incerto (...) Deste modo não surpreende que durante os últimos três séculos, a compreensão da Opinião Pública tenha oscilado entre tentativas holistas para colocar a opinião pública na esfera do colectivo e tentativas reducionistas para a atribuir exclusivamente ao individual” (Splichal, 1999, pp.49-50).

Função política e critérios ético-morais

Motivações muito diversas - artísticas, culturais, científicas, políticas, etc. - estiveram na origem, e continuam ainda hoje a alimentar a dinâmica dos públicos. A formação da Opinião Pública, porém, venceu desde o seu início uma ostensiva marca política - mesmo quando os assuntos mobilizadores, à partida ou aparentemente, não se apresentavam como tal.

Como emanção (voz) do espaço público, a função política central da Opinião Pública consiste na definição dos critérios de organização e funcionamento das sociedades, tomando a forma de uma exigência de legitimidade dirigida ao Estado e ao poder político em geral - o estatuto que melhor lhe corresponde será o de instância de controlo político, responsável por garantir a racionalidade dos actos de dominação. A sua forma constituinte (mediação Público-Privado), por sua vez, permite dimensionar esta função política em termos ético-morais: controlo do poder e exigência de legitimidade, cuja fonte são os próprios indivíduos (as suas necessidades, expectativas e anseios, em última análise, a vontade do conjunto dos membros dos públicos, agora simbolicamente congregados nesse espaço social mais amplo que toma por designação esfera pública).

Esta função política - qualificada em termos ético-morais - constitui o núcleo normativo da Opinião Pública e apresenta-se, ainda hoje, como um esteio essencial das nossas sociedades, embora tal não signifique que a sua concretização ao longo do tempo tenha sido sempre estável e inequívoca. Esta é, aliás, uma outra área importante de ambiguidade da Opinião Pública, evidenciada desde muito cedo na coexistência de dois estatutos contraditórios no seu interior: a exterioridade face ao poder - Opinião Pública como emanção da sociedade civil e autónoma face ao Estado - e o estatuto de verdadeiro órgão político (interno ao poder e ao próprio Estado), que corresponde a uma orientação institucionalizante da Opinião Pública, favorecida pela sua rápida consagração e crescente notoriedade (com estatuto jurídico e constitucional).

O contributo do pensamento iluminista para a definição deste quadro conceptual foi decisivo, em especial a partir da influência da filosofia política kantiana, que atribui às instâncias do Público o estatuto de encarnação do espírito da Razão: o “germe da ilustração”, capaz de rasgar a “visão consoladora do futuro”, como plena realização das capacidades humanas na Terra (Kant, 1784, pp.36-37). “Opinião Pública” é um termo ainda ausente do léxico deste autor, mas com toda a evidência a ideia de vontade colectiva já o prenuncia com extrema proximidade.

Na concepção kantiana, podemos ainda descortinar a intuição da dimensão comunicacional da Opinião Pública - embora o *topos* propriamente dito só tenha fixado o seu significado político actualizado mais tarde, por finais do século XVIII e início do seguinte, graças aos contributos teóricos mais relevantes dos fisiocratas franceses, dos iluministas escoceses (a chamada escola do imperativo moral), de James Mill e, sobretudo, Jeremy Bentham, e só ainda muito mais tarde, após o *Linguistic Turn*, se tenha registado o seu reconhecimento em termos comunicacionais (no âmbito da teoria social, da teoria política e, mais recentemente, das ciências da comunicação). O conceito nuclear a este nível é, precisamente, mais uma vez, o de

vontade colectiva, concebida no caso como objecto de uma construção e possibilidade de um permanente aperfeiçoamento - em termos de pensamento e de acção (relacionada com as práticas sociais ao nível das instituições e da organização da sociedade em geral). Esta ideia permite uma abertura à livre expressão de interesses (privados) divergentes, a partir dos quais se desencadeia o trabalho propriamente dito da razão (indissociável, pois, de um exercício de liberdade negativa), sendo notável o contraste com a concepção naturalista do contratualismo, que considerava “a vontade geral como sempre constante, inalterável e pura”, à revelia “dos debates e discussões que só anunciam a supremacia dos interesses particulares” (Rousseau, 1762, p.146-147).

As referências recorrentes de Kant à Publicidade e à Crítica deixam transparecer o papel decisivo da comunicação para a Opinião Pública (embora entendida, ainda, como perfeitamente transparente). *Publicidade* é o acto genérico do tornar público (publicitação, dar a conhecer), que mantém uma estreita ligação à razão, por um lado, e à comunicação, por outro: um trabalho da linguagem, pelo qual as coisas se tornam apreensíveis ao pensamento e que, ao mesmo tempo, se apresenta com uma forte vinculação à subjectividade (algo de um certo mundo interior próprio individual que aí é veiculado). A Publicidade fornece o fundamento da mediação moral da política, no sentido em que esta assumirá tanto mais a forma de uma vida moral ordenada por valores quanto mais ela própria se submeter à publicitação e exigências da Publicidade (Kant, 1795/6, pp.164-165). A *Crítica*, por seu lado, confere a qualificação própria da comunicação pública moderna, ao proceder a uma espécie de controlo pragmático de validade dos enunciados produzidos (e a um mais alto nível, dos consensos e compromissos obtidos na discussão colectiva), fornecendo assim também uma decisiva garantia de credibilidade ao ideal iluminista de progresso ilimitado da razão.

Estas duas práticas sociais - e comunicacionais também - são conectadas pela figura propriamente discursiva do *Debate*. A sua consagração como critério basilar da política moderna deve-se, indiscutivelmente, à Opinião Pública - ao modelo da sua constituição e funcionamento. Em termos internos, com a generalização dos debates ao nível dos diferentes tipos de associação política dos indivíduos que entretanto surgiram (*meetings*, ligas políticas, clubes, cafés, partidos e - muito importante - também na imprensa); externamente (a nível institucional), com a parlamentarização da vida política, o fim da censura e a limitação do segredo de Estado. Uma mesma ideia serve de guia a todas estas transformações da vida política: “o discurso é o fio e a lançadeira que liga os círculos de debate (...) na sua base encontra-se a esperança de que a verdade e a justiça surgirão, de alguma forma, como resultado da livre discussão» (Mills, 1956, pp.351-352).

A estrutura comunicacional da Opinião Pública é, por fim, consolidada num conjunto de critérios formais (ideais) de discurso: abertura da participação, não fechamento temático e paridade argumentativa (Habermas, 1962, p.36-37). A sua articulação obedece aos princípios da liberdade e igualdade, os quais conferem o cunho propriamente político (ético-moral e emancipatório) à comunicação pública; a sua expressão social pode ser enunciada deste modo: livre participação de todos os interessados (num horizonte de alargamento ilimitado do Público), livre discussão de temas (laicização da política e da cultura em geral) e igualdade de estatuto reconhecida a todos os participantes (imperativo da competência argumentativa).

Ideologia e funcionalização

O século XIX marca a definição epistemológica mais precisa do conceito de Opinião Pública, mas também uma agudização dos factores de ambiguidade que lhe são inerentes. De um lado, temos o notável esforço de esclarecimento empreendido pelas diferentes disciplinas, de outro, as contingências históricas da época relativas a própria realidade da Opinião Pública (e que viriam a revelar-se marcantes da evolução futura).

O cepticismo parece ser o sentimento que melhor define esta viragem, ilustrada pelas palavras de Hegel: “[a Opinião Pública] como não possui em si mesma a pedra de toque nem a capacidade de elevar o seu aspecto substancial a um saber definido, a primeira condição para fazer algo de grandioso e racional é a independência em relação a ela (tanto na ciência como na realidade)” (1821/31, p.347). O programa de pesquisas sociais neste âmbito consiste, aliás, em larga medida, numa tentativa de resposta a uma certa suspeita generalizada de que a experiência social tinha entretanto posto a nu, resultado da tensão entre as dimensões ideal (normativa) e fáctica da Opinião Pública: quando a comunicação pública se dá a ver na sua opacidade (como dispositivo simbólico pouco fiável, incapaz de garantir *a priori* as condições de esclarecimento e intercompreensão), quando o processo global de desenvolvimento inflecte num desvio pronunciado em relação ao «projecto da modernidade» e quando, no interior do espaço público, a força ideológica (burguesa) se sobrepõe à orientação ontológica (que tem como destinatário a humanidade no seu conjunto).

A Opinião Pública que se constituiu como objecto de estudo privilegiado da teoria e pesquisa sociais define-se como uma realidade problemática, que evidencia já crescentes sinais de cepticismo e crise, mas continua ao mesmo tempo a ostentar uma força utópica vital: “uma ficção jurídica que se exprime numa ficção estatística, sendo ao mesmo tempo contrapartida de poder, legitimação da dominação política, instrumento de exercício do poder e objecto de manipulação” (Tremblay, 1991,

p.149). No diagnóstico realizado pelas chamadas teorias realistas da democracia, esta situação complexa serve de pretexto para uma desconsideração radical da Opinião Pública e para a consagração, no seu lugar, de uma elite especializada de comando (cientistas e políticos profissionais): o novo fundamento (técnico) e princípio orientador (eficácia) da política nos dias de hoje - uma ideia, como é sabido, que fez o seu percurso muito para além do estrito âmbito do debate intelectual, constituindo ainda na actualidade o grande motivo de inspiração de uma certa deriva tecnocrática e desenvolvimentista.

A imagem do público como fantasma (Lippmann, 1925) é um momento culminante desta orientação teórica, mas as suas raízes remontam já ao final do século XIX (com Weber, por exemplo), e viriam depois a ter continuidade na segunda metade do século XX, sobretudo através da sociologia sistémica, numa concepção de Opinião Pública como operador de complexidade social e mero dispositivo de selecção temática (Luhmann, 1970, p.85 e ss).

Contudo, nem em termos teóricos, nem em termos sociais, a neutralização da Opinião Pública se viria a revelar assim tão fácil de consumir. O século passado, a par dos sinais de crise, trouxe-nos também consistentes referências de um recrudescimento da Opinião Pública. A nível de teoria social, o trabalho de Jürgen Habermas, *Strukturwandel der Öffentlichkeit* (1962), constituiu um marco decisivo, pelos amplos horizontes que abriu para uma recuperação consistente da problemática geral do Público (com continuidade, depois, em grande número de outros autores e escolas de pensamento); a nível social, propriamente, por esse mesmo período (final dos anos 60) o mundo ocidental assistiu à eclosão de múltiplos movimentos de contestação e protesto, mobilizadores de questionamentos radicais da democracia e, simultaneamente, reivindicando a sua inspiração numa Opinião Pública vibrante.

A Opinião Pública como estrutura política perfeitamente definida - instituição social - não resiste à prova das profundas transformações sociais que se verificaram ao longo do último século (e à sua própria transformação estrutural), mas uma caracterização em termos de processo (democrático) da vida pública mantém plena (e reforçada) validade: “[a Opinião Pública como o] processo pelo qual os actores colectivos emergentes apelam não a um público “fantasma” mas a outros cidadãos, por meios que são consistentes com as exigências de igualdade, não-tirania e publicidade” (Bohman, 1996, p.236).

A mudança estrutural da Opinião Pública no processo de desenvolvimento das sociedades modernas articula planos distintos de relevância, mas entre si profundamente imbricados. Em termos económico-sociais, a consolidação do modelo capitalista (as suas crises cíclicas e os custos sociais inerentes: agudização de

desigualdades e da conflitualidade social); em termos políticos, o relevo vai para o modelo da democracia de massa e a construção do *Welfare State*; em termos culturais, são as profundas mudanças decorrentes do desenvolvimento dos media. Este conjunto de elementos congrega poderosos factores de crise, que começaram a atingir o Público e o Privado a partir da segunda metade do século XIX, induzindo mesmo uma certa dissolução destas categorias, com a formação de uma nova “Esfera Social”, que não é já verdadeiramente pública nem privada (uma estrutura que assimila recursos de ambos estes domínios).

Mas esta transformação não deixa também de ser cruzada por movimentos profundamente paradoxais: de um lado, um espaço público que se expande extraordinariamente, de outro, uma Opinião Pública que perde autonomia (em crescente desvinculação da sociedade civil e incapacidade para exprimir a vontade colectiva). Em termos práticos, a Opinião Pública tende para a instrumentalização (legitimação de interesses privados organizados), mas em termos simbólicos reforça-se a sua dimensão de ideal democrático (modelo impoluto da vida cívica). Esta profunda ambivalência pode ser compreendida a partir das alterações verificadas nos padrões de sociabilidade geradores da própria Opinião Pública: à experiência original e seminal dos públicos sucede-se aquilo a que a teoria social deu como epíteto de processos de massificação.

A importância da massa para a Opinião Pública releva, para além da sua dimensão eminentemente morfológica (aglomerações humanas de grande escala), sobretudo de aspectos de ordem simbólica: um novo tipo de laços sociais que “aproximam” indivíduos desenraizados (física e culturalmente), dominados por estados mentais e psicológicos de grande instabilidade, sem um sentido preciso de existência e para quem as condições sociais e culturais da sua própria vida, as normas convencionais de controlo e solidariedade social, se tornaram estranhas. O apagamento do indivíduo é a característica crucial que autoriza a contraposição de massa e públicos: “ao mesmo tempo que as associações voluntárias se ampliaram, tornaram-se inacessíveis aos indivíduos (...) à medida que novas pessoas são chamadas à arena pública, estas associações tornaram-se maciças em escala e à medida que o poder do indivíduo se torna mais dependente de tais associações de massa, menos acessíveis elas se tornam às influências do indivíduo” (Mills, 1956, p.359-360). O desenvolvimento do processo geral de massificação nas primeiras décadas do século XX, e a sinistra cumplicidade que o mesmo estabeleceu com os fenómenos totalitários e a barbárie, lança inclusive a dúvida sobre a propriedade da sua tipificação como uma forma de sociabilidade: se “a principal característica do homem de massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a falta

de relações sociais normais” (Arendt, 1951, p.406), teremos então de admitir que a sua verdadeira substância é a insociabilidade mais crua.

A incidência desta tão profunda mudança social atinge directamente a Opinião Pública pela via dos processos de comunicação, no formato hegemónico que estes entretanto adquirem como massificação comunicacional. O tema constitui, aliás, porventura a principal motivação para o enorme recrudescimento de interesse pela Opinião Pública por parte das ciências sociais nestes últimos tempos (envolvendo agora, muito em especial, as ciências da comunicação). Os resultados das várias pesquisas desenvolvidas permitem formular com credibilidade o diagnóstico de uma crise da comunicação pública como consequência dos processos de massificação: o declínio da discussão e argumentação colectivas, dos processos discursivos sem clivagens acentuadas entre os diferentes interlocutores (destinatadores e destinatários de opinião), da capacidade de resposta (mais ou menos imediata) de todos os intervenientes, e a emergência de uma “nova comunicação” fortemente sistemizada, ordenada segundo processos formais, rigidamente institucionalizada e onde cada participante se vê reduzido a um mero recurso de mercado (Mills, 1956, p.356). A performatividade da comunicação pública que radicava na força ilocutória dos próprios enunciados proferidos - a capacidade pragmática da Opinião Pública se projectar em acção social - tem na massificação uma espécie de sua imagem invertida: “comunicação” dominada pela lógica informacional, e em que os recursos perlocutórios adquirem supremacia (os factores externos à linguagem - prestígio, autoridade, força e poder de técnicos e administradores - que passam a estruturar e controlar as novas redes de informações).

Os media e a crise da comunicação pública

Toda esta mudança põe em evidência o importante papel dos chamados mass media - razão pela qual estes mesmos media se apresentam na actualidade como um dos motivos mais candentes de discussão a propósito da Opinião Pública. Aos autores que mais cedo e de um modo consistente reconheceram a importância política da Opinião Pública para a democracia ficamos a dever, também, as primeiras advertências quanto aos seus perigos (J. S. Mill, 1859; Tocqueville, 1835 e 1840), que eles consideravam como decorrentes da possibilidade de uma certa corrosão dos públicos face ao avanço da massificação social: um impulso igualitarista exacerbado, que deixava antever o sacrifício das liberdades. E concomitante é também a sinalização do papel dos media (na época apenas a imprensa) para a Opinião Pública, com a associação de uma certa deriva perigosa desta a problemas sérios que começavam a atingir o funcionamento da imprensa: após uma emergência pujante

(voz da Opinião Pública), seguiu-se a sua rápida conversão em instrumento persuasivo e manipulatório cada vez mais poderoso (da mesma Opinião Pública).

O divórcio diagnosticado entre opinião e crítica tem já este novo quadro da comunicação pública como pano de fundo: os jornais como principais produtores de uma opinião “que deixou de persuadir com as suas convicções, apenas as impõe e fá-las penetrar nos espíritos através de uma espécie de imensa pressão exercida sobre a inteligência de cada um” (Tocqueville, 1840, p.18). Ferdinand Tönnies (1922), poucos anos mais tarde, viria a clarificar ainda melhor este diagnóstico, distinguindo diferentes modalidades de Opinião Pública, com base, precisamente, no contributo da imprensa para a sua constituição; reconhecia, por um lado, a sua importância para a construção da “opinião do público” (expressão de ideias e difusão de informações), mas ao mesmo tempo via na imprensa um poderoso instrumento de coacção psicológica - na forma de “opinião publicada” que, por meios persuasivos e manipulatórios, adquire o estatuto de “opinião pública”, tão estranha porém ao público propriamente dito quanto afim e servil dos mais poderosos (a publicidade comercial e os partidos políticos, então já decididamente lançados à conquista dos jornais de massa) (cf. Hardt e Splechal, 2000).

O horizonte destas preocupações circunscreve-se, num primeiro momento, à imprensa, mas como se compreende, o mesmo será rapidamente extensível aos novos media tecnológicos que se lhe seguiram (cinema, rádio, televisão). E de uma forma ainda mais determinante, aliás, dado o consistente entrosamento destes novos diapositivos com o processo global de complexificação das sociedades e a sua crescente dependência dos novos media de regulação (dinheiro e poder), que progressivamente conquistaram supremacia em quase todos os níveis da vida colectiva, substituindo-se assim à força integradora da acção social coordenada intercompreensivamente. Não é só na economia ou na administração, pois, que os media funcionais impõem a sua lei, mas também na esfera da cultura, e neste caso em especial, precisamente através de uma espécie de colonização por eles exercida sobre os media de comunicação.

O constrangimento da Opinião Pública daqui resultante assume a forma de uma perturbação comunicacional. A publicidade que se transmuta em “pura estratégia de inculcação de produtos de todo o género, com a consequente transformação do cidadão produtor de opinião pública em consumidor de mensagens que se apresentam como reflexos dessa opinião” (Rodrigues, 1985, p.12); uma comunicação pública em que a “a política passa a ser representada como um assunto da administração ou como uma luta pessoal mais ou menos sórdida pelo poder” (Hallin, 1985, p.134); e, enfim, a informação politicamente relevante que se vê substituída pelo chamado *infotainment* (sob a exigência de uma facilitação

psicológica de temas e conteúdos, com declaradas finalidades comerciais). Desvanece-se a ideia da política como processo de formação colectiva da vontade - de que a Opinião Pública era a verdadeira imagem - e a exigência de uma participação cívica (pública) efectiva.

Para uma análise mais pormenorizada das oscilações da comunicação pública na sua estreita conexão com os media, poderá ser consultado, neste mesmo dicionário, o artigo «Comunicação Política».

Opinião Pública entre institucionalização e informalidade

A influência dos media corresponde a uma tendência crescentemente institucional da Opinião Pública, que tem a sua complementaridade noutros dois importantes complexos: o processo político (sufrágio universal e Parlamento) e as sondagens de opinião. Em conjunto, estes três complexos institucionais asseguram hoje uma consistente expansão das bases democráticas da Opinião Pública, mas com um sentido político extremamente controverso: “através das sondagens, as técnicas de pesquisa, a política e os media interligam-se muito intimamente, uma tal interconexão tão estreita destas instituições poderá, porém, resultar na erosão do seu genuíno significado democrático” (Splichal, 1999, p.222).

A crítica das sondagens deste ponto de vista remonta, pelo menos, a meados do século passado, com a identificação das limitações do seu dispositivo como meio de objectivação da Opinião Pública (Albig, 1939; Blumer, 1948; Rogers, 1949). Mais próximo de nós, essa crítica viria mesmo a radicalizar-se com a formulação da ideia de fim da própria Opinião Pública nestas condições; é o caso de Pierre Bourdieu, ao pôr em questão (em termos sociológicos) os pressupostos básicos das sondagens: pressuposição de que todo o indivíduo tem opinião sobre tudo, de que todas as opiniões têm igual relevo e importância, e de que é possível em cada momento uma formulação incontroversa dos temas e questões da Opinião Pública (Bourdieu, 1973, pp.222-235).

Contudo, a ideia do fim da Opinião Pública é também ela controversa nos próprios termos utilizados por Bourdieu, por exemplo, e daí o cuidado em precisar muito bem o referente do seu enunciado: a Opinião Pública veiculada pelas sondagens - e só essa. Deixa assim em aberto outras possibilidades, em concreto, a de uma Opinião Pública que continua a resistir, apesar de tudo, à tão poderosa invectiva institucionalizante (das sondagens, dos media e do próprio sistema político).

O actual recrudescimento de interesse - social e teórico - pela Opinião Pública está directamente associado ao que podemos apelidar uma orientação contra-institucional de instâncias do Público que resistem à tentativa do seu próprio

enclausuramento, através de uma fluidificação de processos no conjunto do tecido social, com o recurso à imensa rede de comunicações hoje disponível (Habermas, 1992, p.462) e a um aprofundamento da própria Opinião Pública (a expansão praticamente ilimitada dos públicos e a apropriação de novos temas e assuntos mobilizadores) (Ferry, 1989, pp.21-22).

Os próprios media - sem necessidade de negar o que anteriormente se afirmou quanto à sua propensão institucional - são parte activa deste movimento. Pela sua acção também perpassam potenciais de resistência social, que radicam directamente na natureza do bem específico que os constitui: a palavra pública, como constituinte irrevogável de processos de comunicação que põem em cena relações entre sujeitos activos - redes de relações sociais, em suma. Como afirma Hallin, “por mais poderosos que os media se tenham tornado, eles têm de manter alguma reminiscência de diálogo com o público, o que significa que, apesar de tudo, existe sempre algum grau de abertura, uma dupla dimensão no processo de comunicação - quando surge o desafio aos limites do discurso político [normalizado] por parte de um público activo, os media não podem ignorá-lo, sob pena de porem em perigo a sua própria legitimidade” (Hallin, 1985, p.143).

Esta esfera de acção dos media está compreendida no âmbito de um processo mais vasto de revitalização da sociedade civil, em que se procura, para os valores da modernidade, um sentido actualizado nas presentes condições (económicas e políticas) de desenvolvimento social (Cohen e Arato, 1994, pp.29-30). Modernidade que assim se reconhece, para além de um “projecto inacabado”, um “projecto inacabável” - “ligada intimamente a uma ideia universalista de liberdade” e que, por isso mesmo, “nunca se poderá concretizar em definitivo ou num sentido perfeito” (Wellmer, 1990, p.250).

O contributo dos media para este movimento passa pela possibilidade da sua (re)orientação de acordo com um registo de liberdade (de comunicação pública), alternativo ao estereótipo da Opinião Pública (una e institucional); e também pelo potencial de verdadeira comunicação que está ao seu alcance desencadearem: o “diálogo entre os sub-públicos na esfera pública cívica” (Bohman, 1996, p.136) que, pelo lançamento de “pontes hermenêuticas” entre os muitos pequenos textos nascidos da ruptura e fragmentação do grande texto institucional, permite a circulação entre tais textos e, deste modo, uma certa continuidade de escrita da Opinião Pública (de vozes múltiplas) (Habermas, 1992, p.455).

Diferentes sinais da contestação e resistência social que nos nossos dias se fazem sentir com origem na sociedade civil conferem credibilidade à perspectiva (optimista) de revitalização da Opinião Pública, numa actualização vigorosa da sua dimensão normativa e emancipatória. A prudência, porém, recomenda um

diagnóstico moderadamente céptico e estritamente hipotético: as ambivalências da realidade actual da Opinião Pública não poderão ser esquecidas, e à teoria não cabe a autoridade para formulações taxativas e determinísticas sobre futuro tão incerto e imponderável como é aquele que diz respeito à vida do homem e das sociedades. O conceito de democracia deliberativa vem sendo formulado como resposta aos novos sinais de uma Opinião Pública vibrante, preconizando a possibilidade de bloquear a influência político-publicística (promovida pelos media institucionais, como instrumentos ou extensões do poder administrativo e/ou do poder económico) pela comunicação pública revitalizada (de que os media, mesmo circunstancialmente, também são - podem e deverão ser - porta-vozes, embora nunca os seus únicos e exclusivos veículos). No horizonte de tal possibilidade e do conceito que lhe dá conteúdo encontra-se “a formação da opinião e vontade do público a partir da própria perspectiva deste, em vez da influência do público na perspectiva da manutenção do poder político, que procura apenas extorquir do público a lealdade de uma população reduzida a massa” (*Ibid.*, p.460).

O verdadeiro significado de tal modelo político, embora merecendo o qualificativo de projecto radical de democracia, é conferido por uma ideia bem precisa de auto-contenção da Opinião Pública (muitas vezes incompreendida) - uma “concepção de auto-limitação” (Cohen e Arato, 1994, p.15), que reconhece e procura preservar as fronteiras do Espaço Público (e Opinião Pública) relativamente ao Mundo da Vida, ao Estado e aos próprios sistemas funcionais da sociedade; no limite, pois, do que poderemos definir como uma “acção social responsável” (Offe, 1989: 81) e um exercício persistente de “expansão da igualdade e liberdade sociais, reestruturação e democratização do Estado” (Keane, 1988, p.14).

A ideia, à primeira vista, poderá parece pouco ambiciosa ou até de certo modo defensiva, atendendo ao actual poder do mundo administrado (a que corresponde uma Opinião Pública informe e funcionalmente instrumentalizada). Contudo, a atribuição à Opinião Pública da capacidade - e o reconhecimento da possibilidade e necessidade - de influenciar, em termos comunicacionais, o trabalho global de reestruturação da sociedade nas presentes condições sociais, não será nunca uma minorização; pelo contrário, situa-se sim ao nível da mais decisiva e conseqüente aposta de radicalização do papel da Opinião Pública em termos democráticos.

João Pissarra Esteves

Bibliografia

- Albig, W. (1939), *Public Opinion*, McGraw-Hill, N. York.

- Arendt, H. (1951), *O Sistema Totalitário*, D. Quixote, Lisboa, (1978).
- Blumer, H. (1948), "Public Opinion and Public Opinion Polling", *American Sociological Review*, n.º 13, pp.542-554.
- Bohman, J. (1996), *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy*, The MIT Press, Cambridge, Mass., (2000).
- Bourdieu, P. (1973), "L'opinion Publique n'Existe Pas", in P. Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Minuit, Paris, (1984), pp.222-235.
- Cohen, J. L. e Arato, A. (1994), *Civil Society and Political Theory*, The MIT Press, Cambridge, Mass., (1995).
- Dewey, J. (1927), *The Public and its Problems*, Swallow Press/Ohio University Press, Athens, Ohio, (1991).
- Esteves, J. P. (1988), "A Pretensão à Universalidade e as Problemáticas do Consenso e Compromisso", *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 6-7, pp.85-99.
- Ferry, J.-M. (1989), "Les Transformations de la Publicité Politique", *Hermès*, n.º 4, pp.15-26.
- Habermas, J. (1962), *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, The MIT Press, Cambridge, Mass., (1994).
- _____ (1992), *Facticidad y Validez*, Ed. Trotta, Madrid, (1998).
- Hallin, D. (1985), "The American News Media: a critical theory perspective", in J. Forester (ed.), *Critical Theory and the Public Life*, The MIT Press, Cambridge, Mass., pp.121-146.
- Hardt, H. e Splichal, S. (ed.s) (2000), *Ferdinand Tönnies on Public Opinion: Selections and Analyses*, Rowmann & Littlefield Publishing, N. York.
- Hegel, G. W. F. (1821/31), *Principes de la Philosophie du Droit*, Gallimard, Paris, (1973).
- Kant, I. (1784), "Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita", in I. Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Ed. 70, Lisboa, (1988), pp.21-37.
- _____ (1795/6), "A Paz Perpétua: um Projecto Filosófico", in I. Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Ed. 70, Lisboa, (1988), pp.119-171.
- Keane, J. (1988), *Democracy and Civil Society*, Verso, London.
- Lippmann, W. (1922), *Public Opinion*, The MacMillan Company, N. York, (1960)
- _____ (1925), *The Phantom Public*, Brace, N. York, Harcourt.
- Luhmann, N. (1970), "L'Opinione Pubblica", in N. Luhmann, *Stato di Diritto e Sistema Sociale*, Guida, Napoli, (1978), pp.85-129.
- McCarthy, T. (1992), "Practical Discourse: on the relation of Morality to Politics", in C. Calhoun (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, The MIT Press, Cambridge, Mass., pp.51-72.
- Mill, J. S. (1859), *Sobre a Liberdade*, Europa América, Mem Martins, (1997).
- Mills, C. W. (1956), *A Elite do Poder*, Zahar, Rio de Janeiro, (1981).
- Offe, C. (1989), "Bindings, Shackles, Brakes: on Self-Limitation Strategies", in A. Honneth et al (ed.s), *Cultural-Political Interventions in the Unfinished Project of Enlightenment*, The MIT Press, Cambridge, Mass., (1992), pp.63-94.
- Rodrigues, A. D. (1985), "O Público e o Privado", *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 2, pp.7-14.

- Rogers, L. (1949), *The Pollsters: Public Opinion, Politics, and Democratic Leadership*, Knopf, N. York.
- Rousseau, J.-J. (1762), *Du Contrat Social*, Garnier-Flammarion, Paris, (1966).
- Splichal, S. (1999), *Public Opinion: Developments and Controversies in the Twentieth Century*, Rowman & Littlefield Publishers, New York.
- Tarde, G. (1901), *La Opinión y la Multitud*, Taurus, Madrid, (1986).
- Tocqueville, A. de (1835 e 1840), *De la Démocracie en Amérique*, 2 vol.s, Garnier-Flammarion, Paris, (1981).
- Tremblay, G. (1991), “L’Opinion Publique”, in M. Beauchamp (org.), *Communication Publique et Société*, Gaëten, Morin Québec.
- Wellmer. A. (1990), “Models of Freedom in Modern World”, in M. Kelly (ed.), *Hermeneutics and Critical Theory in Ethics and Politics*, The MIT Press, Cambridge, Mass, pp.227-252.